

Sumário

1 Introdução	1
2 Direito do mar	7
2.1 O mar como espaço de integração: <i>mare clausum</i> , <i>mare liberum</i> e a gênese do processo de codificação do direito do mar	7
2.2 A dimensão econômica do direito do mar: o nascimento do interesse pelos recursos do leito e do subsolo marinhos, as convenções genebrinas de 1958 e os fatores que levaram à III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	23
2.3 Enfim a codificação: da Proposta Pardo à entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	41
3 A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) ...	55
3.1 Os espaços marítimos definidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	58
3.1.1 Espaços marítimos sob jurisdição nacional dos Estados costeiros.....	58
3.1.2 Espaços marítimos situados além das jurisdições nacionais.....	70
3.2 A plataforma continental.....	74
3.3 Os fundos marinhos (Área).....	93
4 O sistema de solução de controvérsias instituído pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	113
4.1 Instrumentos de solução de controvérsias previstos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar	116

4.2 O Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM)	136
4.2.1 A Câmara de Controvérsias dos Fundos Marinhos	147
4.3 Controvérsias na plataforma continental estendida ainda não delineada consoante as recomendações da Comissão de Limites da Plataforma Continental: jurisdição nacional ou internacional? ...	156
5 Conclusão	177
Referências.....	183